



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As três séries . . . Ano	360\$
A 1.ª série . . .	140\$
A 2.ª série . . .	120\$
A 3.ª série . . .	120\$
Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio	

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37 701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

SUMÁRIO

Ministério das Finanças:

Decreto-Lei n.º 40 194 — Actualiza a restrição estabelecida no artigo 49.º do Regulamento do Imposto do Selo, aprovado pelo Decreto n.º 12 700.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Aviso — Torna público ter o Governo da Áustria efectuado o depósito do instrumento de adesão à Convenção Meteorológica Mundial, assinada em Washington em 11 de Outubro de 1947.

Ministério do Ultramar:

Decreto-Lei n.º 40 195 — Adita um artigo ao Código do Trabalho dos Indígenas Portugueses, aprovado pelo Decreto n.º 16 199.

Portaria n.º 15 430 — Substitui várias disposições da Portaria n.º 15 103, que autoriza os governadores-gerais de Angola, Moçambique e Estado da Índia a elaborarem os respectivos orçamentos gerais para o ano económico de 1955.

Ministério da Economia:

Portaria n.º 15 431 — Autoriza a transferência para a Comissão Venatória Regional do Sul das quantias depositadas nos termos do Decreto n.º 30 335 e de todas as que se destinam ao fundo especial das comissões venatórias de determinados concelhos.

cios, reclamos ou outras formas de publicidade que possam estar alcançados pela proibição deste artigo.

Art. 2.º A publicidade ou reclamo por qualquer meio, nos termos do artigo 49.º do Regulamento do Imposto do Selo, fará incorrer os seus autores, solidariamente com os editores, na multa de 10.000\$, que se elevará ao dobro em caso de reincidência.

§ único. Estas penalidades serão também aplicadas às tipografias, litografias, oficinas ou pessoas que executem ou preparem a execução de quaisquer cartazes ou impressos em que figurem as reproduções previstas no artigo 49.º do mesmo regulamento.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 21 de Junho de 1955. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — Artur Águedo de Oliveira — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Virissimo Cunha — Eduardo de Arantes e Oliveira — Manuel Maria Sarmiento Rodrigues — Fernando Andrade Pires de Lima — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — José Soares da Fonseca.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

Decreto-Lei n.º 40 194

Reconhecendo-se que a restrição estabelecida no artigo 49.º do Regulamento do Imposto do Selo, aprovado pelo Decreto n.º 12 700, de 20 de Novembro de 1926, carece de ser actualizada;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O artigo 49.º do Regulamento do Imposto do Selo, aprovado pelo Decreto n.º 12 700, de 20 de Novembro de 1926, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 49.º Não é permitida a selagem de anúncios ou reclamos para distribuição, nem de cartazes ou outros impressos, para exposição ou afixação, quando neles figure a reprodução ou imitação total ou parcial de notas do Banco de Portugal, de títulos fiduciários de circulação autorizada pelo Estado e de notas emitidas por bancos centrais estrangeiros com circulação reconhecida no País.

§ único. Da concessão de avanças para todo o reclamo consideram-se excluídos os cartazes, anún-

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação dirigida pelo State Department à Embaixada de Portugal em Washington, o Governo da Áustria efectuou o depósito nos arquivos do State Department, em 23 de Fevereiro de 1955, do instrumento de adesão à Convenção Meteorológica Mundial, assinada em Washington em 11 de Outubro de 1947.

A referida Convenção começou a vigorar quanto à Áustria, nos termos do artigo 33, em 25 de Março de 1955.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 17 de Junho de 1955. — O Director-Geral, José Augusto Correia de Barros.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 40 195

O Código do Trabalho dos Indígenas Portugueses, aprovado pelo Decreto n.º 16 199, de 6 de Dezembro